

A «VIA NORTE» DE OLISIPO: A ARQUEOLOGIA NA PRAÇA DA FIGUEIRA (LISBOA), A CARACTERIZAÇÃO DOS TROÇOS VIAIS E A DINÂMICA DA PAISAGEM SUBURBANA ENVOLVENTE

Rodrigo Banha da Silva¹

RESUMO

As escavações arqueológicas na Praça da Figueira em 2000-2001 permitiram caracterizar três troços viais romanos equivalentes à «Via Norte» da cidade e a uma outra via secundária que conduzia em direcção a Oeste, a partir de determinado momento ao *circus* olisiponense. Foi possível reconhecer cinco grandes fases construtivas na via principal, e datá-las de entre o principado de Tibério e os finais do séc. IV-inícios do século V d.C., muito embora evidências de outra natureza documentem uma utilização do trajecto ainda em finais do séc. V d.C. e/ou primeira metade do séc. VI d.C. Complementarmente aos elementos de arqueologia viária aborda-se também a dinâmica do uso do espaço observada nesta área suburbana, da instalação do primeiro parcelamento ao uso funerário, terminando na conversão da área em espaço rural na Antiguidade Tardia.

Palavras-chave: Praça da Figueira; arqueologia viária; arqueologia romana; Olisipo

ABSTRACT

Archaeological excavations on Praça da Figueira revealed three sections of Roman viae corresponding to the main north road leading to the Roman town and another secondary one heading westwards, this one leading to the *circus* from an uncertain moment on. Five main constructing stages were recognized on the main road, covering a long period from Tiberius to late 4th to early 5th century AD, although other sort of archaeological evidence proves its use still in late 5th-mid 6th centuries AD. Complementing data related to the viae, the profile of this Roman Lisbon's suburban area is also approached, from the first moment of creation of a parceled pattern to slightly later funerary use aside the roads, ending in rural conversion of the environment in Late Antiquity.

Keywords: Praça da Figueira; archaeology of the roman roads; roman archaeology; Olisipo

¹ rodrigo.banha@cm-lisboa.pt. Centro de Arqueologia de Lisboa (DPC/CML); Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar (CHAM) e Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FACSH-UNL) e Universidade dos Açores (UAç).

1. NOTA PREAMBULAR

O conhecimento acerca da ocupação de Época Romana do espaço da Praça da Figueira é uma matéria que, não se podendo hoje considerar totalmente inédita, está ainda distante de revelar todo o seu potencial. Como maior lacuna se deverá apontar a inexistência de uma publicação contendo uma leitura de síntese compreensiva, alicerçada no cruzamento total dos dados, incluindo os estudos multidisciplinares, produzida a partir da contrastação sistemática da vasta informação contextual disponível com os numerosos elementos objecto de recolha.

Um panorama geral foi já avançado e oportunamente definido como provisório (Silva, 2005). É ele que tem servido de suporte às diversas leituras produzidas.

Deixando de parte os estudos parcelares sobre contextos e/ou materiais cerâmicos entretanto publicados Silva, 2005; Fernandes, 2007; Ribeiro, 2010; Bolila, 2011; Vieira, 2011; Silva, 2012; Almeida e Filipe, 2013; Silva, Filipe e Almeida, 2016; Fabião, Guerra *et al.*, 2016; Silva, no prelo; Quaresma e Silva, no prelo), aspectos particulares com outro cariz têm vindo a ser trabalhados, nos domínios da antropologia biológica, zooarqueologia e geoarqueologia, estes para já somente aflorados. Tal é o caso da arqueologia viária, também.

No que se refere especificamente ao período romano, das vias foram já publicados os dados fundamentais (Silva, 2012b). O presente texto pretende dar-lhes sequência, e, de alguma forma, rever e ampliar o conhecimento já antes divulgado acerca dos seus ritmos e evolução.

2. UMA BREVE RECAPITULAÇÃO DOS DADOS DA PRAÇA DA FIGUEIRA

O subsolo da Praça da Figueira sofreu, entre 1960 e 1962, os trabalhos de construção da estação do metropolitano «Rossio», proporcionando as várias acções de Irisalva Moita, ao tempo Conservadora do Museu da Cidade.

Os primeiros trabalhos de Moita incidiram, em Agosto e Setembro de 1960, sobre a Ermida de Nossa Senhora do Amparo e partes remanescentes do Hospital Real de Todos-Os-Santos, Cano Real e Convento de São Domingos, e constituíram o mais extenso salvamento de restos arqueológicos de Época Moderna numa cidade portuguesa até então. Sem dúvida que encerraram pioneiros méritos, hoje dificilmente questionáveis, nomeadamente os do domínio da comunicação e divulgação. Todavia, se se pretende uma apreciação crítica acerca do labor arqueológico desenvolvido pela olisipógrafa, produzida em moldes sérios e rigorosos, não se podem de igual modo descartar as muito severas limitações metodológicas que foram apanágio das suas várias intervenções na cidade. Sendo de notar tratarem-se de escavações efectuadas por pessoal operário sem qualquer qualificação, onde as únicas competências técnicas presentes no terreno eram as da conservadora de museus e do topógrafo municipal que a acompanhava, assim melhor se explica porque os registos tenham resultado globalmente muito insuficientes: é evidente a ausência de qualquer preocupação ou sensibilidade estratigráfica, não existiu qualquer cuidado em reportar a dispersão dos objectos no espaço, sequer nos distintos espaços urbanos (convento, hospital, Ermida, infra-estruturas de saneamento), quanto mais nos respectivos ambientes arquitectónicos exumados.

Sendo a análise produzida tão válida para os trabalhos levados a cabo no passado por Moita, como para outros nosos contemporâneos e desgraçadamente feitos na cidade em circunstâncias muito similares, tem de ser levado em conta o circunstancialismo histórico em que os primeiros decorreram, recorde-se que nos inícios da década de 1960. Deste modo se deverá assinalar, sobretudo, o desfasamento e desactualização patente em Moita face a correntes que então despontavam na Arqueologia Portuguesa, e que explicam a dureza da censura produzida por Fernando Bandeira Ferreira em Março de 1962, ao reportar o estado que reputou de lastimável em que encontrou “a estação romana”, logo no dia após a saída da olisipógrafa do local (Ferreira, 1962, p. 9). Substituindo ali a Conservadora de Museus, para além das suas competências próprias Bandeira Ferreira fez-se acompanhar por uma equipa onde pontuavam jovens estudantes da Universidade de Lisboa (como os mais tarde notórios Justino Mendes de Almeida, Luís Filipe Thomaz ou Fernando Castelo Branco), ou já experimentados arqueólogos com reconhecida preocupação de registo e estratigrafia (com o devido ênfase em Eduardo Prescott Vicente), pelo que fatalmente os resultados então obtidos foram altamente contrastantes com os anteriores, em termos qualitativos.

A pertinência da observação produzida acerca da transição entre os trabalhos de Moita e os de Bandeira Ferreira explica, também, as diferenças na visão geral obtida sobre a ocupação do período romano observada no subsolo da Praça da Figueira e, muito especificamente, acerca dos contornos espaciais que a mesma assumiu. Restos de uma importante estrutura vial aparecem assinalados com propriedade pelo arqueólogo e pela sua equipa (Branco, 1961; Ferreira, 1962- Fig. 2), ao redor dos quais se desenvolviam os contextos fúnebres trabalhados, ao passo que as mencionadas limitações metodológicas da olisipógrafa impediram-na de identificar a existência ali do troço de via fósil que, aliás, e como aconteceu também com dois dos edifícios funerários, destruiu numa boa parte durante a sua curta presença de cinco dias no local.

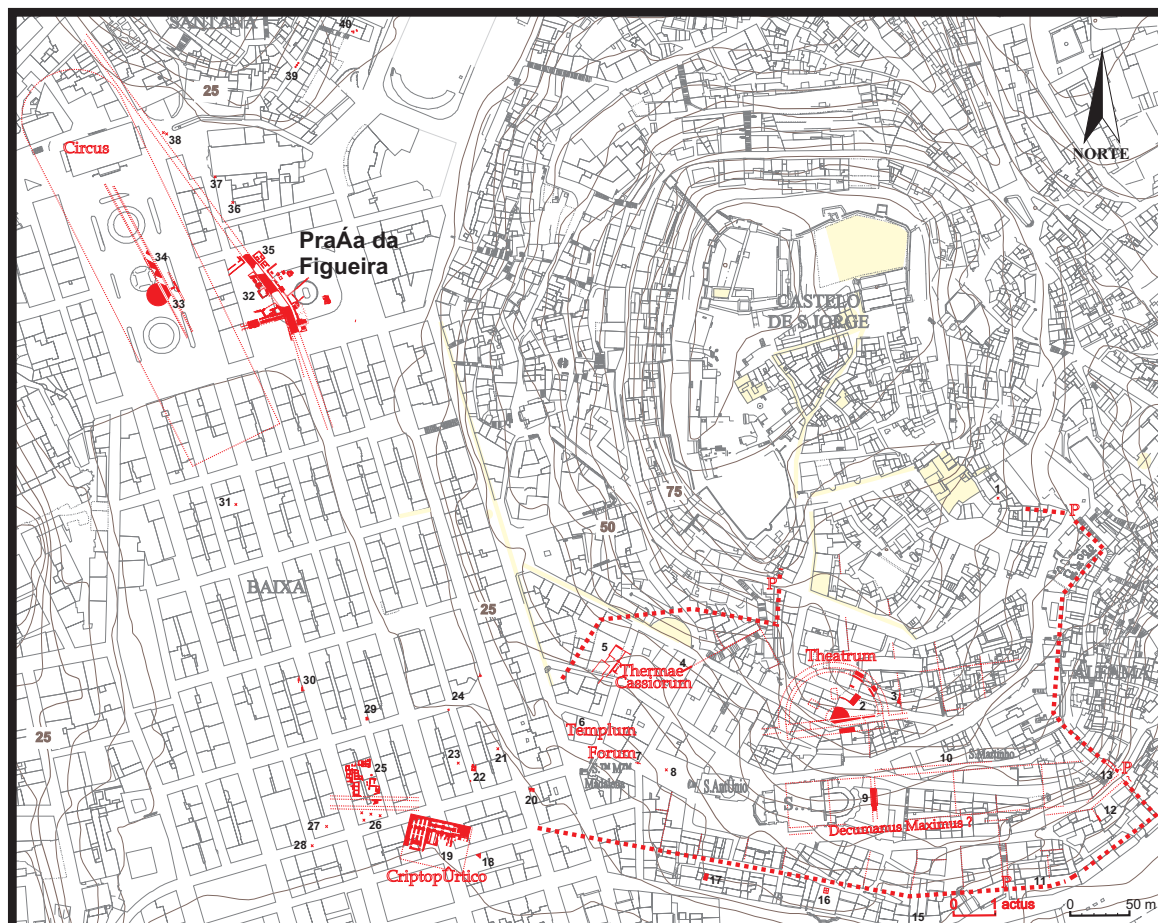


Fig. 1
Leitura do urbanismo romano de olisipo (segundo Silva, 2005).

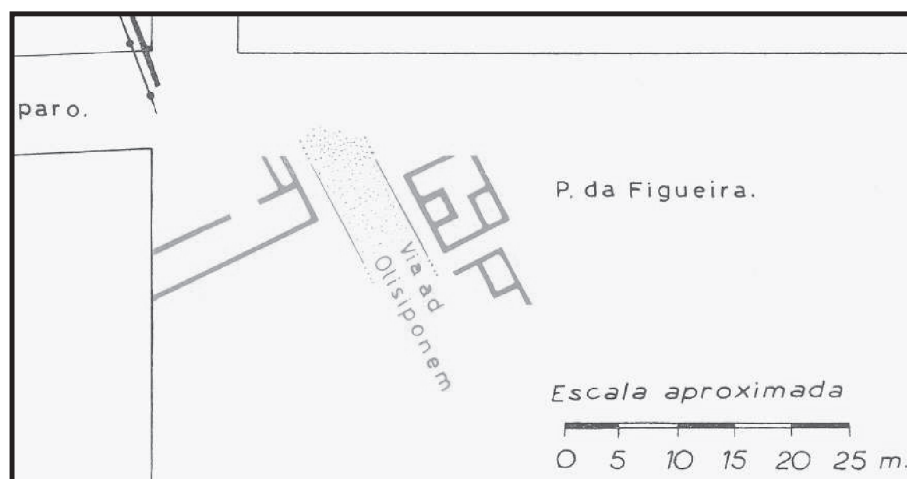


Fig. 2
Praça da figueira- 1962 (segundo Branco, 1961).

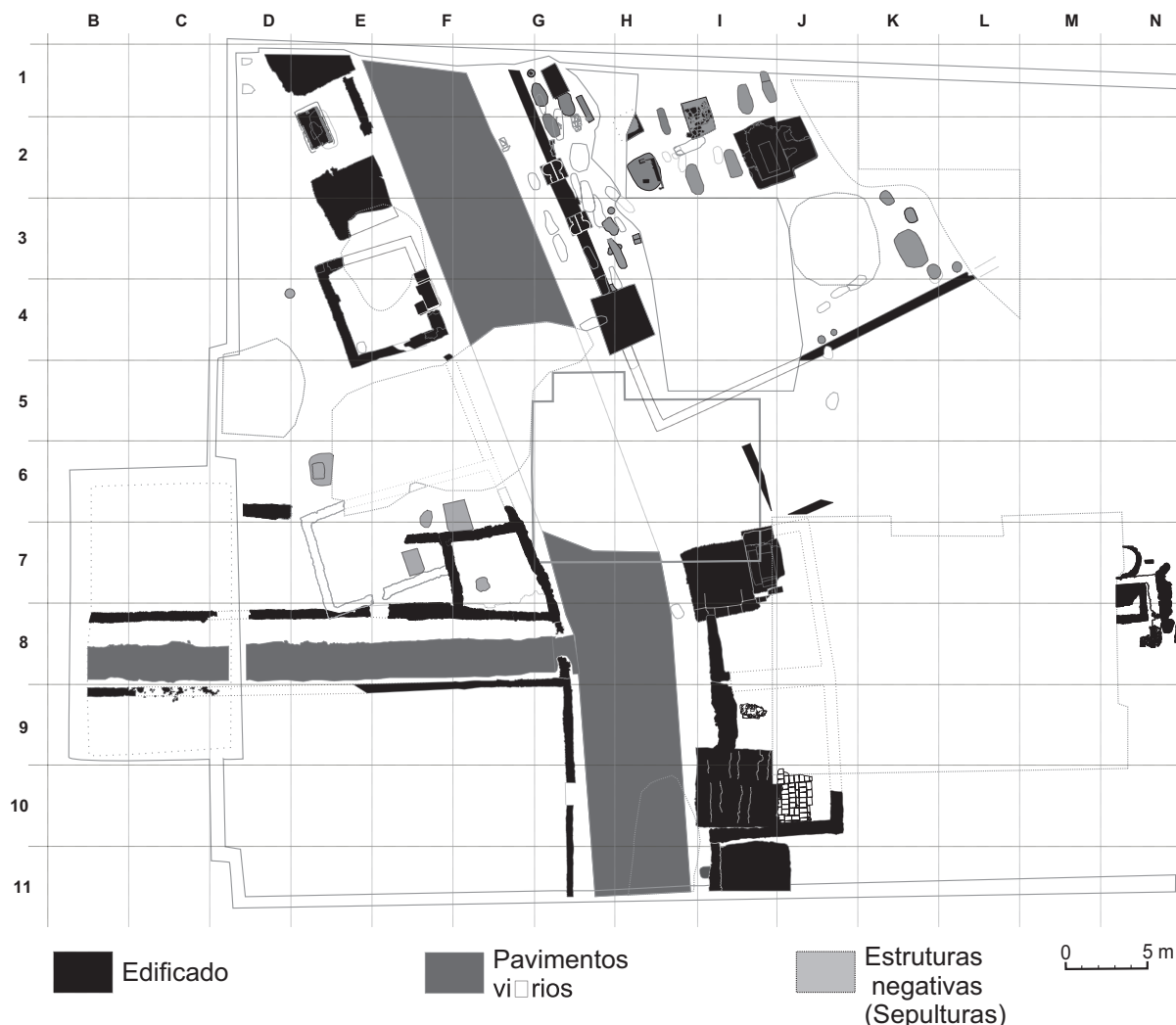


Fig. 3
Praça da figueira- fase 3 da i.A.U. 1999/2001.

Apesar da muito superior qualidade dos trabalhos, a intervenção de 1962 dirigida por Bandeira Ferreira encerrou, também ela, as suas limitações severas: sendo os resultados publicamente apresentados na Sociedade de Geografia de Lisboa, deles se publicaram tão-somente uma curta notícia no respectivo boletim (Ferreira, 1962b) e (afortunadamente) uma planta geral por Fernando Castelo Branco, usada para rebater a interpretação feita por Moita das estruturas encontradas no subsolo do Rossio como equivalentes aos restos de um cais ou de via (Branco, 1961), sabendo-se hoje bem a correspondência destas evidências com a *spina* do *circus* olisiponense (Vale e Fernandes, 2007; Silva, 2012- Fig. 1).

Da escavação arqueológica de 1962 restou, todavia, uma cópia microfilmada do extenso relatório manuscrito, recuperada por técnicos do então Museu da Cidade na década de 1990. Infelizmente, o conjunto numeroso de fotografias monocromáticas acerca dos contextos revela-se inútil, por não encerrarem uma mínima qualidade. Chegou até nós, também, um conjunto cerâmico amplo de Época Romana, que se conserva nas colecções municipais, parte do qual integrado na exposição permanente do Museu da Cidade, e que vem sendo também abrangido pelos estudos parciais entretanto produzidos (Silva, 2005; Ribeiro, 2010; Bolila, 2011; Vieira, 2011; Filipe e Almeida, 2013; Fabião, Guerra *et al.*, 2016). Em função do relatório de Bandeira Ferreira (1962), permanecem em paradeiro hoje desconhecido o conjunto dos instrumentos líticos recolhido nos níveis da Pré-História Recente e Proto-História detectados no local, como todo o material bio-antropológico resultante das sepulturas romanas de inumação, os restos faunísticos (incluindo o de um enterramento de um equídeo) e as amostras de sedimentos de que oportunamente se assinalou a recolha.

No particular que interessa ao presente trabalho, a conjugação dos dados das recolhas conservadas (as indicações contextuais de proveniência) com o laconismo patente no manuscrito do relatório da escavação de 1962 permitem concluir que, no que ao troço vial respeita, este foi somente alvo de uma muito sumária identificação, porventura tendo-se considerado a sua profunda afectação pela obra e pelo “acompanhamento” de Moita anterior aos trabalhos de arqueologia, e o manifesto interesse maior conferido às restantes entidades arquitectónicas e contextos funerários que a ladeavam.

Como consequência do exposto, os dados resultantes da intervenção arqueológica na Praça da Figueira em 1999/2001 equivalem aos únicos elementos disponíveis para a caracterização da dinâmica do troço vial romano ali identificado em sucessivas ocasiões. Estes dados apresentam-se mais ricos e complexos, pois, para além da estrutura vial que denominámos “Via Norte de *Olisipo*” foi encontrada uma outra, subsidiária àquela e que lhe era perpendicular para o ocidente, e que se dirigia, portanto, à zona onde existiu o circus olisiponense a partir de determinado momento (Silva, 2005- Fig. 1).

Constitui, todavia, um factor perturbador das leituras obtidas em 1999/2001 a segmentação em dois troços distintos da “Via Norte”, provocada pela instalação em 1990 de uma sub-estação da Carris sem qualquer “acompanhamento arqueológico” conhecido. Esta última circunstância assume relevância acrescida por os dois troços se terem apresentado com bem distinta estratigrafia, sendo a sequência do exumado na parte mais a sul da intervenção particularmente mais intrincada, como mais intensamente afectada pelas acções subsequentes, antigas e recentes.

2.1. O TROÇO NORTE DA «VIA NORTE DE OLISIPO»

O troço norte foi identificado ao longo de pouco mais de 15 m, tendo sido afectado pela instalação da sub-estação da Carris na sua extremidade sul, e interrompido a norte pela estrutura de contenção perimetral da construção do parqueamento. O segmento apresentava, com notável precisão, a mesma orientação ao longo dos três momentos mais antigos de toda a dinâmica patenteada, de que se assinalaram quatro tabuleiros sucessivos e uma repavimentação empregando as mesmas técnicas construtivas. Somente o último nível denotou um acondicionamento mais aligeirado face à fisionomia então patente (Fig. 3).

Os três primeiros tabuleiros, [9907], [9905] e [9903], cotejados do mais antigo para o mais recente, evidenciaram larguras em torno dos 5,95 m (c. 20 pés), sendo rematados lateralmente por fiadas de pedra calcária e calcarenítica afeiçoada sobre a qual descansava o tabuleiro. De perfil arqueado e sobreelevado no meio, este era constituído por argila e calcarenito amarelo desfeito, batido e de grande consistência. A espessura dos três pisos sucessivos variava entre os 0,10 e os 0,18 m.

A evidência de pavimentação e respectiva preparação mais antiga documentada no segmento mais a norte da «Via Norte de *Olisipo*» foi situada num primeiro momento da investigação em época dos Imperadores Cláudios, em função do conjunto de *terra sigillata* maioritariamente sud-gálico (Fig. 5), oriundo em exclusivo de “La Graufesenque”, das morfologias formais atestadas (Silva, 2005, p. 239, quadro 10) e da presença de uma “marca de oleiro” mal impressa, atribuída ao ruteno *Annius* i (NOTS, 2008-2012, 1, pp. 202-203), primeiro balizada cronologicamente entre 40 e 70 d.C. (Silva, 2005, p. 147, n.º 37), para, na edição do corpus mais recente, se lhe sugerir uma data essencialmente neroniana (NOTS, 2008-2012, 1: p. 203- conferir Silva, 2012, p. 425, n.º 276).

Uma indicação temporal com aquela natureza acarreta alguns problemas de interpretação, e impõe-se que nos detenhamos um pouco neste particular. De facto, a concordância urbanística dos alinhamentos da «Via Norte» neste sector setentrional da Praça da Figueira com os dos monumentos exumados em 1962 por Bandeira Ferreira (“Edifício A”, “Edifício B”, a nascente, e “Edifício T”, a poente- Ferreira, 1962) pressupõem a sua contemporaneidade relativa. Ora, dois sepultamentos sobrepostos revelados no “Compartimento B” (*busta* praticados num possível *ustrinum* de utilização continuada) mostraram cronologias que não ultrapassavam o final de Nero-inícios de Vespasiano, sendo o mais recente necessariamente de 65 d.C., ou ulterior, e o mais antigo necessariamente de 50 d.C., ou posterior (Silva, 2012, pp. 481-482). Acresce que Irisalva Moita em 1961 recolheu da obra um sepultamento em *ossilegium* equivalente

a uma ânfora Dressel 20 de colo cortado e ausente, que conseguimos restituir como tendo estado enterrado sob um pavimento em *opus signinum* do mesmo edifício funerário: o espólio associado a este contentor remete para uma data dentro da década de 60 d.C., também (Silva, 2012, p. 480).

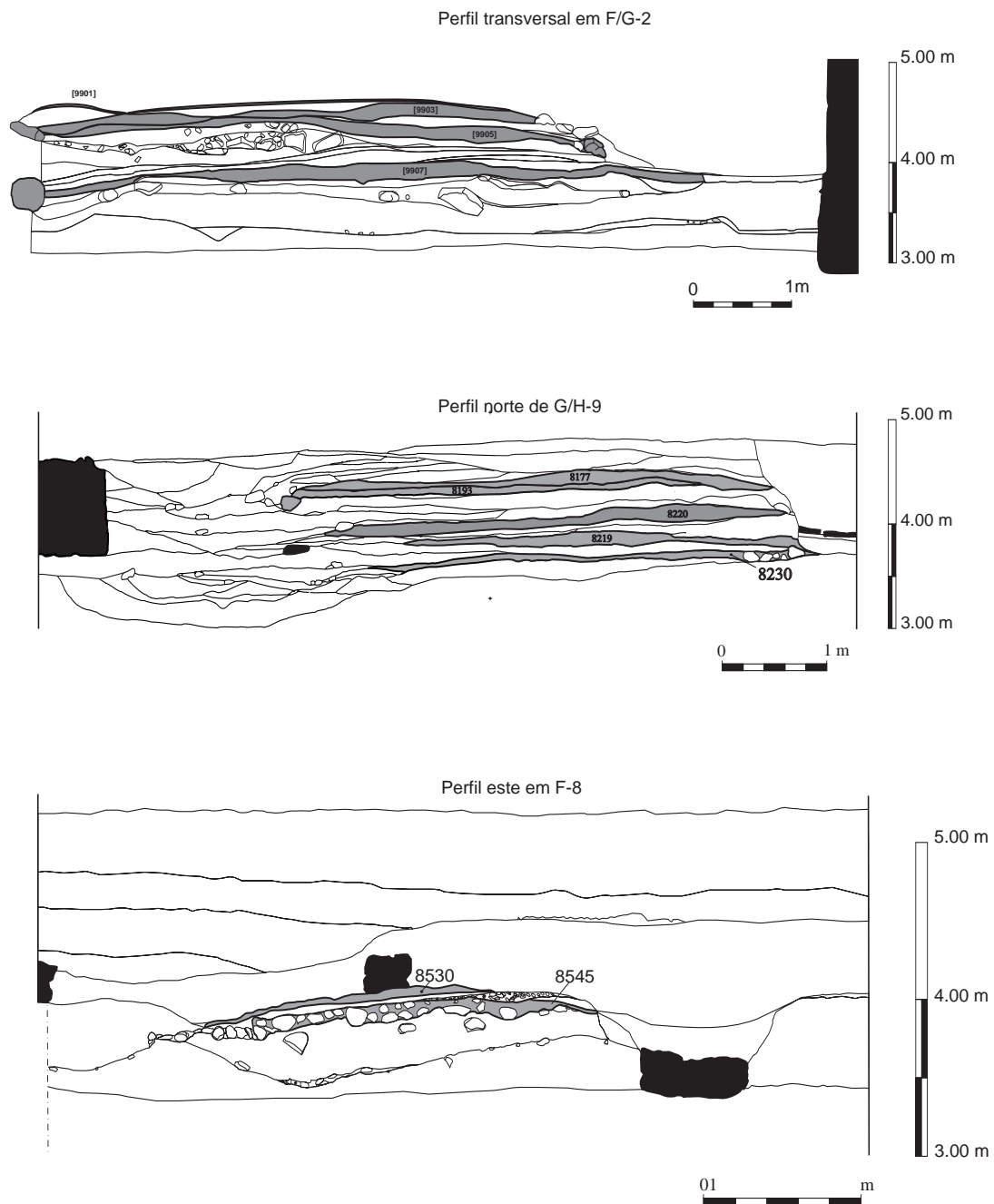


Fig. 4
 PERFIL ESTRATIGRÁFICO DA «VIA NORTE»- Sector Sul
 Perfil norte de G/H-9.
 PERFIL ESTRATIGRÁFICO DA «VIA SECUNDÁRIA»-
 Perfil este em F-8.
 PERFIL ESTRATIGRÁFICO DA «VIA NORTE»- Sector Norte
 Perfil transversal em F/G-2.

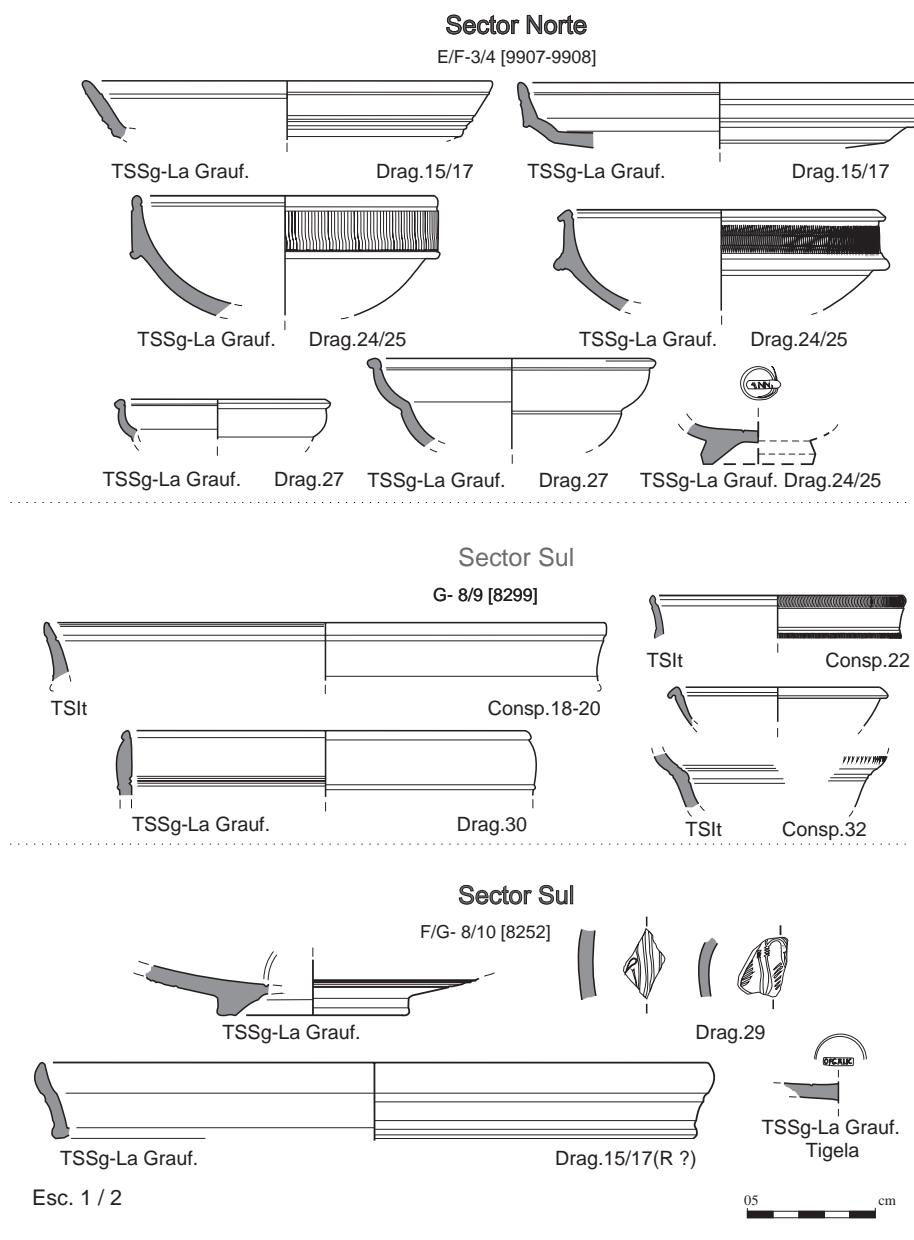


Fig. 5
CONTEXTOS RELACIONADOS COM A INSTALAÇÃO DA «VIA NORTE»- Sector norte E/F-3/4 [9907] e [9908].
CONTEXTOS RELACIONADOS COM A INSTALAÇÃO DA «VIA NORTE»- Sector sul G-8/9 [8299].
CONTEXTOS RELACIONADOS COM A 2ª PAVIMENTAÇÃO DA «VIA NORTE»- Sector sul F/G-8/10 [8262].

Em qualquer caso, as indicações deste modo obtidas têm de ser necessariamente coetâneas ou posteriores à data mais antiga, 50 d.C., e implicam que o edifício já estaria construído quando se executaram as cremações e os sepulcros secundários. Como se constata, há uma concordância muito aproximada entre a cronologia obtida para o momento mais antigo do tabuleiro da “Via Norte” e as evidências das práticas funerárias que tiveram lugar nas suas imediações, sendo admissível situar-se a construção do piso mais antigo da estrutura viária ainda nos momentos finais do principado de Cláudio ou já entrado o de Nero.

Ora, como vimos defendendo desde a primeira publicação (Silva, 2005), a sobreposição na quadrícula F2 da preparação para o primeiro tabuleiro da “Via Norte” a uma fossa detritica anterior, induz a inferência de que o itinerário sofreu em determinado momento um câmbio no seu desenho. Porque a fossa de detritos domésticos continha um bem homogêneo conjunto cerâmico situável no principado de Tibério, necessariamente posterior a 15 d.C. e, pelo perfil de composição formal da *sigillata* de modo itálico, distante da dos momentos mais avançados do principado daquele imperador, a modificação do traçado da estrutura viária na área terá que ter ocorrido algures entre as etapas finais de Tibério ou já com Cláudio. As implicações desta circunstância para as leituras da dinâmica urbanística desta zona suburbana da cidade são de monta, e a elas retornaremos mais adiante.

O mais antigo nível de piso do sector meridional, [9907], mostrou evidências traceológicas, ao contrário dos restantes (Fig.4). Na zona das quadrículas F-G/2-3, sulcos de rasto de rodado eram evidentes na face do tabuleiro, ostentando larguras de 5, 6, 8, 10 e 12 cm. Destes, apenas um conjunto de duas marcas com 5cm de largura de rodado se podem relacionar entre si com segurança, supondo-se a sua equivalência a um mesmo veículo e mostrando uma distância entre as faces internas do rodado de 1,22 m, medida próxima de um eixo para o veículo situado nos 4 pés romanos. Complementarmente, este conjunto denotava um sentido de circulação sul-norte, e curiosamente equivalia a um desvio para a margem direita da faixa de rodagem, conforme aos ditames das regras contidas na legislação romana acerca do sentido da marcha aquando do cruzamento de dois veículos na via.

A revisão dos dados respeitantes a esta etapa inicial do sector vial norte incidiu, também, sobre a presença num segmento da escavação (J 7) de um fundo e de um bordo de tigela Drag.27 em *terra sigillata* hispana (um riojano e o outro andujarino). Ambos são oriundos de uma mesma zona que colocou especiais problemas no momento de escavação, dada a óbvia e prévia perturbação das evidências (Silva, 2012: p. 61, nota 373). Foi sob os restos vestigiais do primeiro piso no local que os elementos foram colectados, de permeio com dois fragmentos de *sigillata* sud-gálica. Porque o troço conservava somente 0,60 m de longitude, dadas as afectações anteriores, a sua relação com o troço mais setentrional da “Via Norte” não é inteiramente clara, e, portanto, os elementos vasculares peninsulares podem corresponder outrossim a uma reparação, a ser assim ocorrida em período tardo-neroniano ou flávio.

Neste sector, os dados já trabalhados relativos à edificação dos segundo e terceiro pisos do tabuleiro são para já insuficientes para uma fina discussão cronológica. Todavia, deverá assinalar-se a presença na unidade estratigráfica que preenche o espaço *non aedificandi* que confina pelo oeste com o último tabuleiro de exemplares da ânfora Lusitana 3, bem como de um conjunto (ainda não completamente tratado de forma exaustiva) de *sigillata* clara africana: nele se reconheceram em fabrico A as formas Hayes 8, 14A, 14B e 14/17. De notar que acompanhavam esta cerâmica fina produções anteriores, nomeadamente formas standardizadas lisas e taças decoradas (Drag. 37) riojanas e andujarinas como, mais escassamente, elaborações rutenas e itálicas, elementos seguramente mais antigos e embalados por sucessivas acções de movimentação de terras ocorridas nas proximidades.

Como já se havia publicado, a última reforma documentada do piso da via está datada em torno do dominado de Honório, em função de um AE3 de Arcádio (385-409 d.C.) incluído no piso (Silva, 2005, p. 57), não podendo portanto a pavimentação ser anterior aos finais do século IV d.C.- inícios do séc. V d.C.

2.2. O TROÇO SUL DA «VIA NORTE DE OLISIPO»

O troço sul foi identificado ao longo de pouco mais de 17 m, estando muito afectado a norte pela já mencionada sub-estação datada de 1990, e a sul por outras acções urbanísticas mais antigas, parcialmente.

Ao contrário do troço norte, a sequência estratigráfica denotou aqui maior complexidade (Fig.3) e, o que é mais relevante, níveis sucessivos de pisos de circulação e reparações, estando o mais antigo a c.3,65 m, e o mais recente à cota absoluta de 4,92 m.

O de cronologia mais recuada ([8230]) sobrepunha-se a uma vala longitudinal ([8300]) que lhe era anterior na sequência da dinâmica estratigráfica. O material aí descartado incluía um *dupondius* de Tibério emitido em Augusta Emérita, uma outra moeda (um as ?), um conjunto de *terra sigillata* itálica largamente preponderante sobre as elaborações sud-gálicas, entre outras produções oleiras compatíveis cronologicamente que, no seu conjunto, remetem a formação para momentos avançados do principado daquele imperador até inícios do de Cláudio (Silva, 2005, p. 235). O elemento é da maior relevância dado comprovar, de forma categórica, a anterioridade do primeiro tabuleiro da sequência do sector vial sul em relação ao seu congénere do sector norte.

Já o segundo tabuleiro mais antigo ([8219], [8252]) proporcionou a recolha de um fragmento de fundo de prato oriundo de La Graufesenque marcado com o punção 2a por *Gallicanus* ii (Silva, 2012, p. 437, n.º 307 e p. 480- Fig.5). Dado a data da impressão estar bem situada por contextos datados externamente, balizados entre 50 e 65 d.C. (Idem), ela sugere

uma concordância de contemporaneidade relativa entre o segundo piso do sector vial sul e o primeiro documentado no sector vial norte (conferir supra).

No que respeita ao segundo tabuleiro, ([8220]), não existem dados conclusivos respeitantes à sua cronologia, dado que os escassos “elementos datantes” se não distinguem dos revelados pelos momentos anteriores da sequência. Seguem-se-lhe [8233]/[8193], já à cota 4,20 m, e a reparação [8177]. Nesta última se colectou um fragmento da pega de *simpulum* em prata e um bordo de talha epígrafado ante cocturam que, não sendo especialmente esclarecedores quanto à cronologia relativa, demonstram o descarte de um elemento de uso funerário do espaço. A esta acção sobrepunha-se a preparação para a instalação de um novo piso de circulação, [8094]/[8095], à cota 4,66 m. A densidade relativa da estratigrafia e a descontinuidade entre os dois sectores vias escavados, conjuntamente com o momento actual da investigação, impedem-nos de para já estabelecer de forma inequívoca a conexão dos níveis de piso referidos para o sector sul com os seus congéneres setentrionais.

Mais decisivo para o esclarecimento destes últimos pavimentos (e repavimentação) são outros elementos conexos, respeitantes às acções praticadas no entorno. De facto, nesta zona, a oriente da via, uma profunda reformulação viu serem anulados espaços e monumentos funerários e um novo ordenamento arquitectónico despontar: um conjunto de três embasamentos quadrangulares em alvenaria, com respectivos muros de recinto ([8180] e [8181]), anularam uma cupa em alvenaria forrada externamente a *opus signinum*, um *bustum* onde se recolheu um fundo de lucerna assinado *AVFFRON*, situável no séc. II a meados do séc. III d.C. (Vieira, 2011), restos de uma estrutura utilizando tijolo *bipedalis* onde se recolheu em associação um fundo de prato Drag. 18 *terra sigillata* rutena com uma marca de *Senicius* (Silva, 2005, p. 249), datada de 45-75 d.C. (Silva, 2012, pp. 454-455), restos de uma outra estrutura em alvenaria, também funerária, e, por fim, duas cistas em tijolo, muito afectadas, onde os restos do mobiliário funerário sugerem cronologias do séc. II d.C., pelo menos.

As unidades que encostam aos embasamentos dos muros dos dois recintos associados aos três novos alicerces de edifícios funerários, a determinada altura instalados a este da via, revelou *sigillata* hispânica de Andújar e de La Rioja, e as formas Hayes 8, 14A, 14B, 14/17, em *terra sigillata* clara africana A, estando os fabricos A/D e C ausente. O conjunto vascular de mesa remete a formação da estratigrafia, portanto, para datas plenamente do séc. II d.C. ou já dentro da primeira metade do séc. III d.C.

A última reforma da estrutura da «Via Norte de *Olisipo*» equivale à colocação de um fino piso que se distingue dos anteriores por mostrar a presença mais notória de areia e nódulos de cal, de permeio com a argila e calcarenitos calcados que o constituem. Ora, foi justamente sob este piso que se recolheu, como no congénere do sector vial norte, um *Aes* de Arcádio, numisma que remete a sua construção para os finais do séc. IV d.C. ou primeiros anos do séc. V d.C. Trata-se da última acção edilícia documentada no local, aparentemente abrangendo ambos os segmentos exumados da via.

2.3. A VIA SECUNDÁRIA ESTE-OESTE

Uma longa parcela de uma estrutura vial foi revelada ao longo de 30 m de extensão, iniciando-se nas imediações da extremidade norte do sector vial sul da «Via Norte de *Olisipo*» e desenvolvendo-se para ponte, em direcção ao actual Rossio.

O tabuleiro de circulação mostrava uma composição em calcarenito batido, com uma espessura máxima de 0,12 cm, limitado por fiadas laterais de pedra toscamente afeioada em fiada, por consequência similar aos pisos sucessivos da «Via Norte», à excepção do último desta. Algumas diferenças, contudo, se devem assinalar: a largura do pavimento, que se pode restituir em 2,40 m (8 pés), e a existência de uma fossa longitudinal central [8545] subjacente ao pavimento, na zona mais a este, e que atingia 0,40 cm de profundidade (Fig.3). De igual modo é de notar, que este segmento viário mostrou uma ligeira pendente de este para oeste, dado que as cotas do troço inicial junto à «Via Norte» se situavam em torno dos 4 m de cota mais elevada, para, 30 m para oeste, se assinalarem valores em torno dos 3,36-3,39 m absolutos.

O muro de limite sul, em alvenaria, equivale à estrutura que define os limites de uma vasta compartimentação do espaço, de que se descobriram somente os limites norte e oeste. Prolongando-se a espacialidade assim definida para poente e sul, esta compartimentação do espaço define uma vasta área da qual se escavaram somente 300 m², e na qual se desconhece qualquer evidência de uso ou prática funerária. De notar que os fortes muros deste recinto estavam a uso durante a fase inicial do sector vial sul da «Via Norte de Olisipo», que como vimos se fixam em momentos finais de Tibério a iniciais de Cláudio.

A identificação de vários fragmentos de um mesmo cálice da morfologia Drag.11, como de uma parede atribuível à taça Drag.29, ambos de La Graufesenque (Fig.6), em associação com a instalação ([3710]) e o próprio muro original de limite norte da via secundária [3709], permitem remeter a acção da sua edificação já para o principado de Cláudio. Concorram com esta cronologia os elementos vasculares lisos estandardizados também rutenos recolhidos no enchimento da fossa longitudinal [8545] subjacente ao primeiro piso de circulação, Drag. 15/17, Drag. 18, Drag. 24/25, 27 e o menos comum Ritt. 12 (Fig.6).

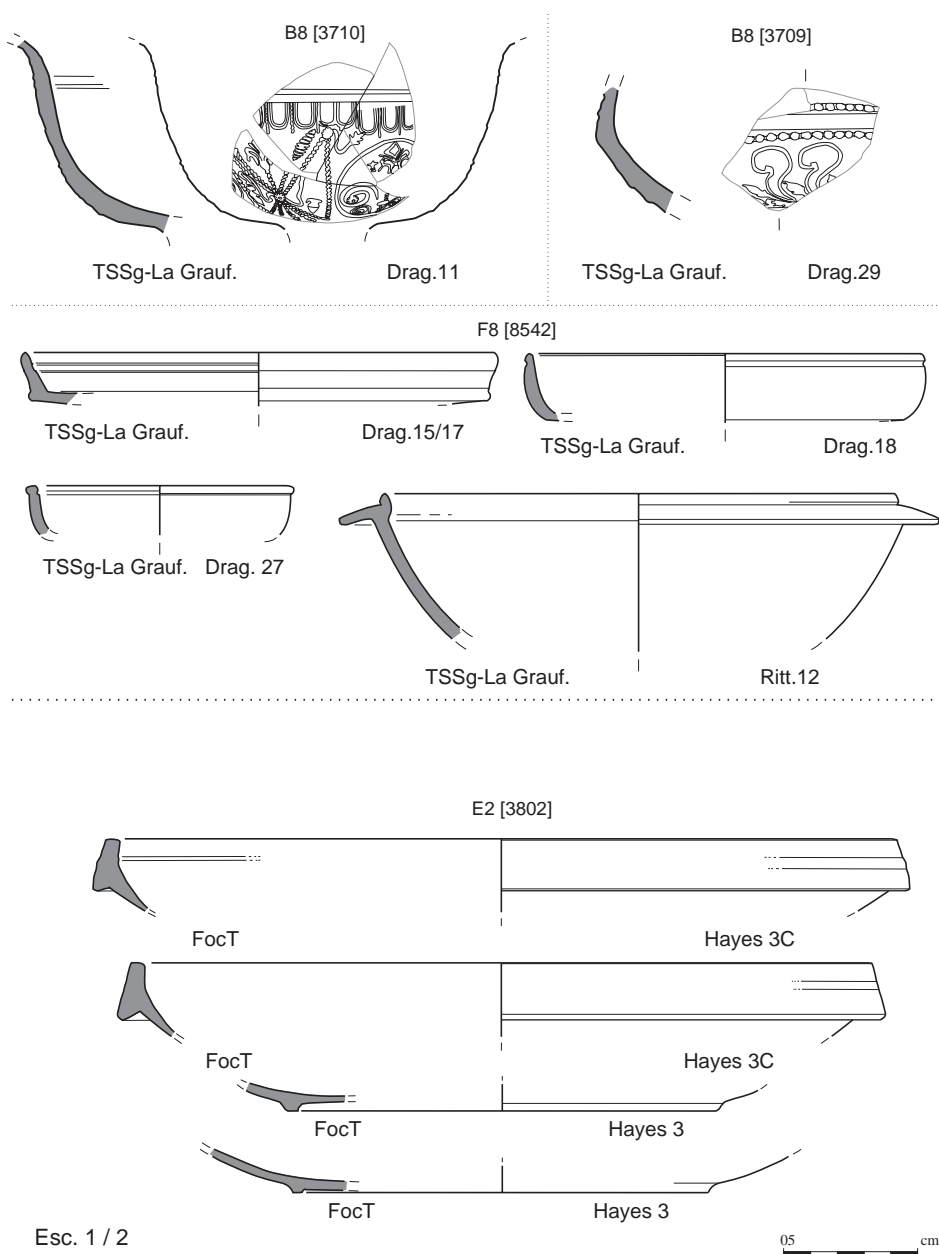


Fig. 6
CONTEXTOS RELACIONADOS COM A
INSTALAÇÃO DA «VIA SECUNDÁRIA»
(cima).
CONTEXTOS RELACIONADOS COM AS
ETAPAS FINAIS DE USO DO ITINERÁRIO
DA «VIA NORTE» (baixo).

A “via secundária” apresentou elementos correspondentes a, pelo menos, duas reformulações: uma repavimentação ([8530]) e o desmantelamento do primitivo muro norte em alvenaria e sua substituição por um outro em pedra seca, construído um pouco mais para norte ([8535]–[8192]). Esta última intervenção foi acompanhada em determinado momento pelo encerramento da zona de ligação da «Via Secundária» com a “Via Norte”, feito com um portão duplo (de que foram encontrados as pedras de apoio dos gonzos e outra que recebia o ferrolho central). Não deixa de parecer sugestivo este episódio de fecho ou condicionamento de acesso de uma via pública, considerando quer que a partir de determinada época a sua direcção era a do circo olisiponense, quer o fenómeno do encerramento de vãos de edifícios públicos para espectáculos, bem documentado para o mundo romano no séc. III d.C.

Se dúvidas houvesse sobre o momento de desactivação da «Via Secundária», sobre o tabuleiro foi praticado um *bus-tum* empregando cista de tijolo [8526], que continha no seu interior os restos muito degradados de um unguentário vítreo bulbiforme, translúcido, genericamente situável entre momentos avançados do séc. II d.C. e os inícios do séc. IV d.C. (Isings, 1959; Rutti, 1991). Logo sobre este se acumularam rapidamente detritos, formando uma sequência potente com mais de 1 m de altura, enquanto o espaço compartimentado a norte da «Via Secundária» sofria uma remodelação que lhe imprimiria um carácter não funerário.

O mencionado espaço com nova funcionalidade não funerária (pequeno assentamento periférico) tem o seu abandono datado pelo achado de um pequeno conjunto de *sigillata* clara africana D, onde pontuava um prato da forma Hayes 76 e uma taça/almofariz da forma Hayes 91B, sendo que lhes são atribuídas cronologias situadas entre, respectivamente, 425–475 d.C. e 380–500 d.C. (Hayes, 1972, 1980; Raynaud, 1993: pp. 192 e 194), o último precisado mais recentemente para os decénios centrais do séc. V d.C. (Bonifay, 2004: p. 179). Em função destes dados, a desactivação dos aludidos compartimentos terá ocorrido já em pleno século V d.C., quando a «Via Secundária» que conduzia ao circus olisiponense de há muito havia sido desactivada, e o próprio itinerário entrara em desuso.

3. A FECHAR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A PROPÓSITO DAS VIAS ROMANAS DA PRAÇA DA FIGUEIRA

No âmbito da arqueologia viária romana em Portugal, o foco tem recaído em especial sobre dois aspectos de escala muito distinta, com os marcos miliários e respectiva epigrafia associada a assumirem uma expectável notoriedade, e o trajecto dos principais itinerários a fixar a preocupação fundamental dos investigadores na matéria. Desta forma, e também por forte tradição, acrítica, se vão multiplicando vias romanas pelo espaço geográfico português, umas desprovidas de qualquer suporte material directo, outras estabelecidas com base em paralelos construtivos sem que, todavia, qualquer tipologia construtiva seguramente romana tenha sido sequer ensaiada, quando se sabe que muitas das soluções de edificação terão sido efectivamente encontradas em período romano mas, inclusive pela sua eficácia, terão sido praticadas até períodos muito mais recentes, incluindo a Época Contemporânea. Pelas razões apontadas, a arqueologia viária romana no território português enquanto campo disciplinar constitui um território subdesenvolvido, cheio de problemáticas e interrogações apesar da sua longa tradição secular da investigação, e onde as evidências requerem um aturado trabalho de depuração, devendo destacarem-se, entre outros, os múltiplos trabalhos neste sentido de Vasco Mantas, em particular a sua dissertação de doutoramento (Mantas, 1996), e, como mais recente desenvolvimento, outra dissertação de doutoramento, da autoria de Maria José Almeida (2017). Contudo, talvez o problema principal equivalha a um panorama muito mais amplo do estado da investigação arqueológica em Portugal, no qual a arqueologia viária obviamente se inscreve: a completa falta de agenda própria da disciplina, resultante da forma como se vem implantando a contratualização da prática, que aliada à impreparação no tema específico da generalidade dos agentes deste modo envolvidos geram uma gritante acefalia. Seria ocioso, porém fácil, demonstrar esta condição, patente em numerosos levantamentos de povoamento romano onde nem consideradas foram as conexões (as vias de comunicação) entre os sítios detectados (os assentamentos), ou, quando os elementos viais se assinalaram, estes foram depois descartados enquanto objecto de estudo nos momentos mais avançados da minimização de impactes, não tendo sido considerados aqui para efeitos de escavação.

Assim sendo, as vias romanas em Portugal objecto de escavações que permitam caracterizar minimamente os troços em termos construtivos e cronológicos são, necessariamente, casos raros e felizes, porque decorrentes de questões aleatórias de oportunidade. Focando-nos especificamente no trajecto *Olisipo–Scallabis*, foi devido à construção do

novo Museu do Realismo promovida pela edilidade, entre outros factores, que se exumou em Vila Franca de Xira um troço da estrada da Antiguidade presente no local (Pimenta e Mendes, 2007), como foi graças à instalação de uma nova grande superfície comercial nos arredores de Loures que se exumaram do assentamento rural de Almoínhas dois marcos miliários com ela conectados (Guerra, 2013), ou que, em Lisboa, tenham sido os projectos municipais de requalificação do Martim Moniz, de onde se noticiou um divertículo detectado na face nascente da Encosta de Santana (Muralha, Costa e Calado, 2002; Calado e Leitão, 2006, p. 463, fig.8), e da Praça da Figueira, onde foi graças à instalação de um estacionamento automóvel subterrâneo que se tornou possível a escavação dos dois eixos viários que aqui se abordaram.

Ora, a composição com piso em “terra batida”, e uma largura situada entre os 5,95 e os 6,02 m dos dois troços da «Via Norte», equivalem à configuração inicial e suburbana do traçado da grande via *Olisipo-Scallabis*. Estas características de construção (composição e largura do tabuleiro) encontram paralelo em troços também suburbanos de Mérida, como o detectado na zona de La Barriada Plantonal de la Vera (Sánchez Barrero e Gómez Nieves 1998, p. 559), mas afastam os troços da Praça da Figueira da morfologia que o grande eixo assumia em Vila Franca, onde se apresentava pavimentado a laje e com uma largura de 5,20 m (Pimenta e Mendes, 2007: p. 186), ou ainda, da configuração que assumiu o troço vial patente desde 1995 no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, do qual se desconhecem ainda hoje as dinâmicas e cronologia, mas de qualquer das formas também pavimentado a laje (Amaro, 1995; Bugalhão, 2001), tratando-se de um segmento suburbano inicial da importante via regional que se dirigia às Portas de Santa Catarina e daí à Horta Navia-Alcântara, para depois servir as regiões de Oeiras e de Cascais.

Aparentemente, a hierarquização da importância das vias em termos construtivos foi primordialmente feita no espaço hoje abrangido pela Praça da Figueira em função da largura do tabuleiro, com o eixo de comunicação principal dotado de cerca de 20 pés, e o divertículo secundário para poente situado nos cerca de 8 pés. Será esta última, também, a largura aferida para o tabuleiro também de calcarenito batido detectado na encosta nascente da Colina de Santana, na zona do Martim Moniz (Muralha, Costa e Calado, 2002; Calado e Leitão, 2006), e será este o dado que autoriza inferir, com alta probabilidade, da manifesta secundariedade do trajecto viário que plausivelmente atravessaria o vale da actual Rua da Palma-Almirante Reis em direcção a norte. A fraca intensidade do uso funerário (ou outro) deste segmento diverticular reforça o entendimento da subsidiariedade do seu carácter.

É evidente que as discordâncias construtivas constatadas numa mesma via, no caso o grande eixo *Olisipo-Scallabis*, se prendem com aspectos tópicos, ou seja, com as dinâmicas das acções e escalas respectivas que ocorreram em cada zona ou segmento (instalação, reparos, reformulações, repavimentações), e também com as características dos lugares alvo do atravessamento. Assim, os pavimentos em “terra batida” da Praça da Figueira e Martim Moniz terão constituído uma opção mais eficaz em zonas reconhecidamente húmidas, por oposição a outras onde a sua condição era, ou mais seca (Vila Franca de Xira), ou mais fortemente urbana (caso do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros). Da mesma forma, as larguras do tabuleiro da via têm a ver não apenas com a hierarquia entre os vários eixos, como com a intensidade do tráfego e/ou o carácter que a ocupação do espaço assumia no entorno próximo, sendo de recordar que a «Via Norte» servia não apenas a cidade como também o circo olisiponense, devendo aqui sublinhar-se que a «Via Secundária» necessariamente lhe conduzia directamente até ao momento do seu abandono, manifestamente ocorrido nos finais do século III-primeiras décadas do séc. IV d.C.

A modo de fecho, as últimas reformulações atestadas na «Via Norte» se é certo que esgotam as actividades edilícias que sofreu na área da Praça da Figueira, não traduzem necessariamente o final do funcionamento do itinerário. Elementos esparsos e discretos sugerem a continuidade do seu uso, casos do achado de um pequeno conjunto de fragmentos de taças em *sigillata* focense tardia (Fig.6) da morfologia Hayes 3C (Quaresma e Silva, no prelo), com paralelo próximo em contextos bem datados do 3º quarto do séc. V d.C. da Ágora de Atenas (Hayes, 2008, p. 240, n.ºs 1270-1271), e de um fragmento de inscrição “paleo-cristã” referente a um *Vicentius*, recolhidos em associação na proximidade do tabuleiro, num mesmo depósito formado por acumulação paulatina a poente da via, e que, por consequência, datará de momentos avançados do séc. V d.C. ou já do séc. VI d.C. Nos finais da Antiguidade Tardia e inícios da Idade Média abate-se sobre o itinerário uma invisibilidade só quebrada nos séculos finais da dominação islâmica da cidade, retomando expressão arquitectónica mas com uma ligeiramente distinta geografia.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, R. R. e FILIPE, V. (2013)- “50 anos depois: as ânforas romanas da Praça da Figueira”, in *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 737-745.
- AMARO, C. (1995) (Dir.)- *Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros*. Lisboa: Fundação do Banco Comercial Português.
- BOLILA, C. M. (2011)- *A terra sigillata itálica da Praça da Figueira (Lisboa)* (Dissertação de Mestrado em Arqueologia orientada pela Prof.^a Dr.^a Rosa Varela Gomes e Mestre Rodrigo Banha da Silva). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (policopiado).
- BONIFAY, M. (2004)- *Études sur la céramique romaine tardive d’Afrique* (Col. British Archaeological Reports, International Series, 1301). Oxford: Archaeopress.
- BRANCO, F. C. (1961) - “Problemas da Lisboa Romana. Vestígios de um cais ou de uma necrópole?”, in *Revista Municipal*, n.º 91. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp.61-75.
- BUGALHÃO, J. (2001)- *A Indústria Romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo*. (Col. Trabalhos de Arqueologia, n.º 15). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- CALADO, M. e LEITÃO, V. (2006)- “A ocupação islâmica na Encosta de Sant’Ana (Lisboa)”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol.8, n.º 2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 459-470.
- FABIÃO, C., GUERRA, A. (Dir.), ALMEIDA, J., ALMEIDA, R. R. PIMENTA, J. e F., Victor (2016)- *Marcas de ânforas romanas na Lusitânia (do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa ao Museu Nacional de Arte Romano de Mérida)*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
- FERNANDES, L. (2007) - “A decoração arquitectónica de época romana do municipium olisiponense: a propósito de alguns elementos arquitectónicos da Praça da Figueira (Lisboa)”, in *O Arqueólogo Português*, 4.ª série, n.º 25. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 291-336.
- FERREIRA, F. A. B. (1962) - *Diário das Escavações Sistemáticas na Praça da Figueira em Lisboa*, Junta Nacional da Educação, Lisboa, (manuscrito- exemplar policopiado a partir de microfilme).
- GUERRA, A. (2012)- “O troço inicial da Via Olisipo-Bracara e o problema da localização de Ierabriga”, in *Cira-Arqueologia*, 1, Actas da Mesa Redonda «de Olisipo a Scallabis»- a rede viária. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp. 24-40.
- HAYES, J. W. (1972)- *Late Roman Pottery*. Roma: British School of Rome.
- HAYES, J. W. (1980)- *Supplement to Late Roman Pottery*. Roma: British School of Rome.
- HAYES, J. W. (2008)- *The Atenian Agora. Results of excavations conducted by the American School of Classical Studies at Athens, vol. XXXII, Roman Pottery Fine Ware Imports*. Princeton, New Jersey: American School of Classical Studies at Athens.
- ISINGS, C. (1959) - *Roman glass from dated finds*. (Col. Archeologica Traiectina edita ab Academiae Rheno-Traiectinae Instituto Archaeológico). Groningen e Jacarta: J.B. Walters.
- MANTAS, V. G. (1996)- *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga* (Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). Coimbra: Universidade de Coimbra (policopiado).
- MURALHA, J.; COSTA, C.; CALADO, M. C. (2002)- “Intervenções Arqueológicas na Encosta de Sant’Ana (Martim Moniz, Lisboa)”, in *Almadan*, 2ª Série, n.º 11. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 245 - 246.
- NOTS= HARTLEY, B.; DICKINSON, B. (Dir.) (2008-2012)- *Names in Terra Sigillata, an Index of maker’s stamps & signatures on gallo-roman terra sigillata (samian ware)*, 9 vols. (Col. Supplementum 102-1 a 102-9). Londres, Institute of Classical Studies, University of London.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2007)- “A escavação de um troço da via Olisipo-Scallabis (em Vila Franca de Xira)”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol.10, n.º 2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 171 - 210.
- QUARESMA, J. C. e SILVA, R. B. (no prelo)- “An overview on Oriental commerce: Late Phocaeen and Cypriot Wares in the Tagus Estuary region”, in *Sources to Study Antiquity: Texts and Archaeology*. Lisboa: CHAM-Centro de Humanidades.
- RAYNAUD, C. (1993c)- “Céramique africaine Claire D”, in Dicocer- *Dictionnaire des Céramiques Antiques (VII ème s. av. n. è.- VII ème s. de n. è) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)*, (Lattara Mélanges d’histoire et d’archéologie de Lattes, 6). Lattes: Association pour la Recherche Archéologique en Languedoc Oriental, pp. 190-197.
- RIBEIRO, I. (2010)- *A terra sigillata hispânica da Praça da Figueira (Lisboa)* (Dissertação de Mestrado em Arqueologia orientado pela Prof.^a Dr.^a Rosa Varela Gomes e Mestre Rodrigo Banha da Silva). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (policopiado).

- RÜTTI, B. (1991)- *Die Römischen Gläser aus Augst und Kaiseraugst*, vol. II, Katalog und Taffeln. Augst: Römermuseum.
- SÁNCHEZ BARRERO, P.D.; GÓMEZ NIEVES, B. (1998)- “Caminos peri-urbanos de Mérida”, in *Mérida Excavaciones Arqueológicas 1998- Memória*. Mérida: Consórcio Mérida Ciudad Monumental, pp. 549-569.
- SILVA, R. B. (2005)- *As “marcas de oleiro” em terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. - séc. II d.C.)* (Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, especialização em Arqueologia Urbana, orientada pelo Prof. Dr. Carlos Fabião). Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (policopiado).
- SILVA, R. B. (2012)- *As «marcas de oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa* (Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia, orientada pela Prof.^a Dr.^a Rosa Varela Gomes). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).
- SILVA, R. B. (2012b)- “Arqueologia Viária Romana em Lisboa: a I.A.U. da Praça da Figueira”, in *Cira-Arqueologia*, 1, Actas da Mesa Redonda «de Olisipo a Scallabis»- a rede viária. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp. 98-116.
- SILVA, R. B. (no prelo)- “O facies cerâmico em Olisipo (Lisboa): o período julio-cláudio”, in M.I.García Fernández e P.Ruiz Montez (Eds.), *Actas del Simposio Internacional «Facies» y Contextos Cerámicos Alto-Imperiales en el Sul de la Península Ibérica (Granada, 2013)*. Granada, Universidad de Granada (disponível em www.academia.edu).
- SILVA, R. B., FILIPE, V. e ALMEIDA, R. R. (2016)- “Julio-Claudian Lusitanian Amphorae: a Perspective on Selected Contexts from Olisipo (Lisbon, Portugal)”, in PINTO, Inês Vaz, MARTIN, Archer e ALMEIDA, Rui Roberto (Eds.) *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Oxford: Archaeopress (col. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery, n.º 10), pp. 153-166.
- VALE, A. e FERNANDES, L. (1997) - “Intervenção arqueológica na Praça de D. Pedro IV (Rossio), em Lisboa”, in *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de Fevereiro de 1997)*. Almada: Câmara Municipal de Almada, Divisão de Museus (col. Monografias Arqueologia), pp. 109 -121.
- VIEIRA, V. (2011)- *As lucernas romanas da Praça da Figueira (Lisboa)* (Dissertação de Mestrado em Arqueologia orientado pela Prof.^a Dr.^a Rosa Varela Gomes e Mestre Rodrigo Banha da Silva). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (policopiado).